



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 21/2014

----- Aos catorze dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Fernando Frazão Correia estando presentes os Vereadores, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou a ausência da Presidente no início e do Vereador João António Lopes Candoso na reunião por se encontrarem, ambos, em representação do município em compromissos já agendados. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 18/2014 referente à reunião ordinária de 22 de setembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 18/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete euros e setenta e quatro cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e trinta e quatro mil, setecentos e três euros e oitenta e cinco cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM – MODELO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ATIVIDADE PECUÁRIA** -----

----- **BALANÇO MENSAL DE ATIVIDADES DA CASA SENHORIAL – MÊS DE SETEMBRO** -----

----- **PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES** -----

----- INTERVENÇÃO DO PCP NO DEBATE DO PROJETO LEI 368/XII – PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COMUNS À ÁGUA – INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS -----

----- EGF-VALORSUL DECLARAÇÃO -----

----- SÍNTESE DA CONFERÊNCIA PROMOVIDA PELA ANMP “A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO E A DEMOCRACIA DE PROXIMIDADE” -----

----- ÁGUAS DO OESTE, S.A. – PROJETO TARIFÁRIO PARA O ANO 2015 -----

----- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE -----

----- SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE LISBOA E VALE DO TEJO -----

----- RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESMOR, EM,SA. -----

----- PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 – PARECER DA ANMP -----

----- PROPOSTA DE QUATRO ANTROPÓNIMOS E UM TOPÓNIMO PARA CINCO RUAS EM ARCO DA MEMÓRIA - FREGUESIA DE RIO MAIOR -----

----- PROPOSTA DE ANTROPÓNIMOS PARA DUAS RUAS SEM NOME NO CASAL FILIPE - FREGUESIA DE RIO MAIOR -----

----- PROPOSTA DE ANTROPÓNIMO PARA UMA RUA SEM NOME EM SEBASTIANA – FREGUESIA DE RIO MAIOR -----

----- AGRADECIMENTO AOS SERVIÇOS DE TURISMO DA CMRM -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao modelo intermunicipal de desenvolvimento sustentável da atividade pecuária da câmara municipal de Santarém disse ser uma proposta muito bem organizada e um modelo ao qual a câmara municipal de Rio Maior deve aderir, porque do ponto de vista estratégico, do ordenamento, da inovação, da formação e da sensibilização dos próprios operadores, lhe parece muito bem estruturado e que pretende a inserção de uma atividade que é importante no distrito e no concelho de Rio Maior em particular. -----

----- Quanto à proposta de tarifário da Águas do Oeste para 2015, fez notar que a água no concelho de Rio Maior já está muito cara e que com esta proposta vai ser novamente penalizado e que, por isso mesmo, é sua recomendação que a Câmara tome uma posição conjunta e concertada com outros municípios, também são

abastecidos pela Águas do Oeste, na defesa dos interesses dos consumidores e que faça um esforço conjunto no sentido de contestar este tarifário. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse que, do ponto de vista da valorização das questões da pecuária, fica bastante satisfeito com este projeto pela sua perspectiva de maior escala, ou seja, pela interpenetração necessária quer no plano de ordenamento do território, quer do plano do ambiente, quer no plano da produção e que, por essa razão, vê com bons olhos que a câmara municipal possa vir a integrar o projeto ou pelo menos que participe ativamente porque o concelho de Rio Maior tem uma matriz pecuária bastante grande e a forma integrada como é abordada a questão é um elemento a valorizar. -----

----- Considerou que a questão da Águas do Oeste, assim como a da EGF, vai ser central nos próximos tempos porque o problema da água em Portugal está a revestir-se de alguns aspetos de uma enorme gravidade, não só por causa das questões da privatização, fazendo com que o Estado assumira para si um património dos municípios de mais de mil milhões de euros de investimentos, mas também porque há uma lógica associada à privatização do bem essencial que é a água. Referiu que nessa perspectiva a Águas do Oeste e esta proposta de aumento corresponde a uma lógica do utilizador/pagador e que, se não existir uma preparação dos cidadãos para a defesa da água enquanto bem, corre-se o sério risco de a água vir a ser gerida por um império privado, com tarifas absolutamente impossíveis, derrotando todos os esforços feitos pela câmara municipal para manter este bem essencial acessível a todos. -----

----- Questionou acerca dos procedimentos de atribuição dos antropónimos e topónimos e a quem compete atribuir os nomes de ruas propostos pela Assembleia Municipal e também porque é que para um dos nomes propostos não tem em anexo um pequeno texto justificativo como nos restantes. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que quem atribui os topónimos e antropónimos é a Comissão de Toponímia e que nos casos apresentados, nomeadamente em Casal Filipe, não existiam nem nomes de ruas nem numeração e que está agora a fazer-se esse trabalho de uma forma sequencial e por prioridades. Quanto ao texto justificativo de um dos antropónimos atribuídos informou que ele existe, como nos restantes, e que só por lapso é não estará junto à documentação apresentada. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente ao modelo intermunicipal de desenvolvimento sustentável da atividade pecuária informou que foi uma iniciativa comum aos municípios Rio Maior, Santarém, Cartaxo e Azambuja que realizam reuniões mensais numa perspetiva de se conseguir avançar com uma eventual candidatura diretamente a Bruxelas embora não se saiba ainda qual o modelo que vai ser seguido no que respeita à execução de uma ou várias estações de tratamento. Disse ainda que aquilo que municípios têm estado entregar ao grupo de trabalho um levantamento das pecuárias existentes e das condições das mesmas para estudo. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para se referir ao assunto que dá conhecimento da posição das estruturas sindicais tomada relativamente à EGF e que foi subscrita por algumas câmaras municipais, dizendo que mesmo que a posição devesse ter sido tomada até 23 de outubro, pela matéria tratada e pelas posições que a Câmara Municipal de Rio Maior tem tomado, recomendou que se avalie a hipótese de subscrever os documentos que considerou extremamente importantes no que concerne à entrega ao setor privado de uma atividade lucrativa, criada com o esforço dos municípios e que desta forma irão ver a sua gestão distanciada e na mão de operadores privados e que visam apenas o lucro sem olhar às necessidades essenciais. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que se todos concordarem a posição será subscrita e disse ainda que irão realizar-se duas reuniões bastante importantes, uma com a Águas do Oeste sobre o tarifários, os mínimos cobrados, os pontos de entrega, etc., e outra relativamente à Valorsul e onde se irá falar com todos os municípios sobre o problema da EGF e tudo o que está em causa. Disse ainda que do conteúdo das reuniões e do ponto da situação dará conhecimento a todo o executivo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Antes de dar a palavra aos restantes membros do executivo deu nota da notícia dada pelo Jornal de Notícias (anexo 1) em relação à transparência de contas do município de Rio Maior, a par de outros, e ao facto de ser a terceira autarquia mais transparente, das lideradas por mulheres. Acrescentou que é referida a Presidente Isaura Morais como líder de uma equipa mas, em seu entender, todo o executivo e todos os trabalhadores estão de parabéns pelo resultado de um trabalho desenvolvido em equipa. -----

----- Informou também que abriram as candidaturas ao ciclo urbano de água, com uma série de restrições, com prazo de candidatura até dezanove de dezembro e que embora o valor a distribuir por todo o país seja de apenas vinte milhões, Rio Maior irá apresentar o máximo de candidaturas possível relativamente à água, ao saneamento e à telegestão, nas quais se incluirão o abastecimento de água à Vila da Marmeleira e ao Arco da Memória e zonas envolventes. Chamou ainda à atenção que se está também a tentar ultrapassar, em face desta situação, o problema da disponibilidade financeira prevista em plano e orçamento para as referidas candidaturas. -----

----- Acerca da situação do prolongamento da Avenida Marechal Humberto Delgado deu conhecimento que os serviços estão a ultimar os vários pareceres técnicos que vão ser submetidos à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e quando essa delimitação estiver feita será realizada uma reunião com todo o executivo municipal antes do assunto ser agendado para deliberação. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por se referir positivamente às comemorações do feriado municipal, nomeadamente no que respeita aos espetáculos com a orquestra da Marinha Grande e da gala que, em sua opinião, vêm desmontar a tendência que tem havido em desvalorizar os novos gostos. Acrescentou que o cineteatro esteve cheio nos dois dias, com público de uma grande participação, o que significa que compete também aos poderes, neste caso à câmara municipal, educar os públicos para que se possa ter um nível de qualidade e propôs que outros certames, nomeadamente a FRIMOR, possam vir a ter, nas próximas edições, oportunidade para a diferenciação positiva dos espetáculos culturais e recreativos. Relativamente à cerimónia propriamente dita disse que há que começar a ter a preocupação de nos próximos anos introduzir elementos de novidade na sessão solene, que teve uma baixíssima participação e que não dignifica a ninguém estarem menos de metade dos presidentes da junta e um terço dos eleitos da assembleia municipal no dia do concelho. Em relação ao almoço de idosos considerou que este não pode continuar a começar tão tarde porque o tempo é muito apertado e perde-se muito daquilo que é a essência deste encontro que é o convívio. Disse ainda ter gostado bastante da visita para dar a conhecer a todos o que está feito, como foi feito e o que falta fazer. -----

----- Solicitou depois esclarecimentos acerca do facto de o médico cubano que tinha sido indicado para o centro de saúde de Rio Maior não ter aparecido e saber-se posteriormente que afinal tinha sido colocado no Algarve e se a Câmara Municipal

tinha sido informada dessa alteração. Considerou que esta situação configura falta de lealdade das instituições pelo esforço que o município tem vindo a fazer e total desrespeito pelos utentes do centro de saúde. Questionou também se a ordem dos médicos já emitiu os documentos necessários para que a médica colocada no centro de saúde possa iniciar atividade, visto estar cá desde setembro, com a câmara a suportar os custos, e até há data ainda não ter horário distribuído. -----

----- De seguida disse que gostaria de ser esclarecido em definitivo sobre as obras da Estrada Nacional 114 que com a chegada do inverno se torna ainda mais perigosa e, havendo acidentes, a quem se pode pedir responsabilidades já que a estrada em causa está sob a jurisdição da Estradas de Portugal. Referiu ainda que outra situação igualmente ou mais perigosa é a do IC2, em particular da Asseiceira ao Alto da Serra, onde o arranjo do pavimento parou, não há luz, não se vêem os traços, o piso está escorregadio, havendo a extrema necessidade de se aprofundar essa situação com vista à sua resolução. -----

----- Por último afirmou que o PCP e a CDU sempre tiveram razão e que agora se assiste, na discussão do orçamento geral do Estado, a uma tentativa pensada, refletida, estratégica de desvalorizar o poder local democrático. Aconselhou a que todos lessem a decisão da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que é um libelo acusatório do que é governar sem lealdade, mentindo, iludindo, e, mais grave, em relação à ANMP não cumprindo os acordos e as leis que o próprio governo faz. Disse ainda que os municípios são, de toda a administração pública, quem mais tem contribuído para reduzir o défice, que mais investem, que mais fazem com menos dinheiro, e que para piorar ainda são enganados no acordo feito entre o governo e a ANMP onde, entre outras, estava prometida a baixa do IVA na eletricidade de 23% para 6% e não foi cumprido. Afirmou que ou rapidamente se resolvem estes problemas de queda do governo, eleições antecipadas e mudança de política ou em breve as autarquias locais são repartições de má qualidade das políticas deste governo. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

Relativamente às comemorações do feriado municipal partilhou de algumas ideias que foram apresentadas e disse que se apercebeu que houve um esforço na construção de um programa valorização cultural e experiências interessantes para todos os riomaiorenses mas que, ainda assim, o feriado municipal devia conter e sintetizar um esforço maior em apontar soluções e ideias para o futuro. Referiu-se ainda concretamente à exposição “Memórias do desporto em Rio Maior 1930 a 1980” que

considerou muito interessante por se tratar de património imaterial do concelho e que valoriza as bases do desporto em Rio Maior e aquilo que foi, provavelmente, a razão subjacente a todo o processo evolutivo de aposta estratégia do desporto em Rio Maior e ainda que foi com agrado que soube que muito possivelmente a mesma será vertida para um livro. Sugeriu que, a par dessa iniciativa, se pudesse criar uma página web onde aquelas memórias, textos e fotografias possam ficar permanentemente. -----

----- Ainda numa perspectiva de dinamizar as comemorações do feriado municipal sugeriu que pudessem ser convidada a massa critica existente em Rio Maior e fora de Rio Maior, os riomaiorenses que estão fora e que vêm a Rio Maior raras vezes e assim chamá-los a participar, por exemplo, organizando uma reunião dos riomaiorenses que estão na ciência, no ensino superior, professores universitários, investigadores e que têm uma ligação a Rio Maior juntando essas valências, esses saberes e convocar essas pessoas que ainda têm uma ligação à terra por razões familiares, de residência, de permanência, de passagem, para uma reflexão, uma partilha, de ideias, numa iniciativa que pode valorizar a auto-estima de todos os riomaiorenses e apontar caminhos para o futuro. Considerou assim que era importante uma mudança nesta comemorações deixando de ser todos os anos o mesmo programa, com as mesmas atividades e momentos e que fazem com que as pessoas se vão afastando porque têm a sensação de estarem apenas a cumprir calendário. Sugeriu que fosse feito um esforço por todos no sentido de inovar e tentar-se criar valores e atividade que traga as pessoas às comemorações do feriado municipal. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por felicitar a Presidente da Câmara pelas referências positivas que vieram na comunicação social e disse é também Rio Maior que sai o com uma imagem positiva de gestão a nível nacional. -----

----- Relativamente ao feriado municipal disse ter uma imagem positiva embora não subscreva o modelo do programa, porque relativamente ao dia 6 de Novembro propriamente dito, que, culturalmente, está ligado a uma carga afetiva muito grande, é o momento que os riomaiorenses estão unidos, é o momento que nos habituamos a agradecer e a distinguir aqueles que, no nosso entender, em cada ano merecem essa referência, é o momento de se agradecer aos mais idosos o seu contributo para o concelho e é o momento de encontro e de convívio dos idosos. Disse que, em seu entendimento, há momentos que não podem deixar de se fazer, como a sessão solene e o encontro de idosos, mas que fazer-se tudo no mesmo dia é complicado, e que nessa perspectiva, se o dia 6 de Novembro for realizada a sessão solene e um encontro, como foi sugerido, perspectivando o futuro com convidados que estão fora e

que possam vir debater e pensar formas de evolução e formas de se valorizar o concelho, sendo o encontro de idosos realizado ao domingo, pela logística que tem, permitindo que os idosos tenham um momento de convívio sem pressas. Referiu ainda a importância da câmara dar a conhecer o que fez e como fez mas considerou que seria importante envolver as populações nesse processo, não só para terem conhecimento do acontecimento mas também porque, eventualmente, teriam uma palavra a dizer acerca do que foi feito ou mesmo daquilo que falta fazer, dizendo que este momento pode também ser feito na altura do feriado sem ser precisamente no dia 6 de novembro. Disse que esta sugestão reflete um modelo que mantém a tradição mas que também é inovador na forma como se realiza. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por agradecer a todos os trabalhadores da autarquia que colaboraram na preparação das atividades do feriado municipal dizendo que sem eles não seria possível. -----

----- Relativamente à exposição das “Memórias do desporto em Rio Maior” disse que é efetivamente intenção da autarquia fazer publicar um livro que espelhe o passado e o presente do desporto em Rio Maior. Acrescentou que esta fase foi a mais fácil porque dependeu muito da iniciativa de indivíduos, de grupos que compunham a sociedade riomaiorense da altura, os registos eram menos e que a partir dos anos 80 aumentam exponencialmente devendo ser definidos critérios a utilizar na escolha dos mesmos porque Rio Maior desde sempre se envolveu muito na atividade desportiva e sempre tiveram uma apetência para várias modalidades desportivas. Disse ainda que lhe agrada a ideia de uma reunião de riomaiorenses ligados à terra e que estão espalhados pelo país e fora dele a desempenhar sua atividade em áreas que muito poderão trazer ao concelho e à terra. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que as comemorações do 6 de Novembro vêm de há muitos anos, sendo a sessão solene um momento alto das mesmas, e lamentou, enquanto membro do executivo e eleito, a ausência de muitos dos eleitos locais e dos riomaiorenses porque este feriado é de todos. Reafirmou o seu lamento não só pela ausência dos eleitos mas também dos trabalhadores da câmara municipal, em especial na sessão solene, o que considerou até como uma falta de respeito para com os eleitos locais, independentemente do empenho e dedicação que possam ter diariamente. Disse também não perceber a ausência dos eleitos locais para a Assembleia Municipal e dos próprios presidentes de junta na sessão solene e na visita pelo concelho. Acrescentou que é muito difícil para qualquer executivo fazer a mesma obra em todas as freguesias

porque cada uma é uma realidade, cada uma tem as suas necessidades e que as obras feitas e geridas de acordo com os meios disponíveis e as prioridades do concelho como um todo. Atribui esta ausência possivelmente a algum comodismo, à falta de tempo e à saturação do modelo mas não deixou de lembrar que em muitas outras situações em que se apelou à população e aos eleitos, como sessões de esclarecimento e reuniões públicas acerca de assuntos de interesse para o concelho, a participação foi também muito baixa e interrogou o que é que se poderá fazer para motivar todos a estarem presentes. Ainda sobre as comemorações do 6 de Novembro disse não ser fácil fazer a gestão porque são muitos acontecimentos consecutivos e que possivelmente poderá ser uma sugestão a acolher de futuro a realização do almoço de idosos no domingo seguinte permitindo maior convívio entre os idosos e os próprios eleitos. Disse ainda que se trata de comemorações para o concelho e para todos e que, não obstante as ausências, o dia 6 de Novembro foi bom e digno para o concelho de Rio Maior. -----

----- Relativamente às questões colocadas disse saber que a ordem dos médicos já tem a cédula da médica mas desconhece qualquer informação sobre a outra situação referida e que sobre Estrada Nacional 114 o IC2 a Senhora Presidente já teve reuniões com a Estradas de Portugal e que estão previstas, ainda este mês, mais reuniões. Acrescentou que estas não são obras da competência do município e que aquilo que se pode fazer é pressão no sentido de desbloquear a situação. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 66/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM ALMARAGEM NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE ROSÁRIA REBELO - SOLICITADORA** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 66/2014, exarado pelo próprio, no dia 5 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento do número de compartes para o prédio rústico, sito em Almaragem na Freguesia de Rio Maior, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 4 da secção I, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 67/2014, DE 7 DE NOVEMBRO – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA FRAÇÃO DE PRÉDIO SITO NA RUA D. AFONSO HENRIQUES, LOTE 2, NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE LEONOR VAZ CRAVEIRO – ADVOGADA** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 67/2014, exarado pelo próprio, no dia 7 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou não exercer o direito de preferência na venda do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 12091 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o n.º 6571, fração H, destinado a habitação, sito na Rua D. Afonso Henriques, lote 2, da Freguesia e Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – MERCADOS E FEIRAS 2015 – DATA DE REALIZAÇÃO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar e aprovar as datas e os locais de realização dos mercados e feiras, para o ano de 2015, nos termos da informação que constitui o anexo 2. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acerca da data da Feira das Tasquinhas, agendada para os 27 de fevereiro a 8 de março, disse que iniciar as Tasquinhas no mesmo mês que do carnaval, em sua opinião, é um erro porque fazer estes dois eventos seguidos é arriscado e a feira de março deve ser em março. Chamou à atenção que a Feira das Tasquinhas vive muito das coletividades e que estas, no mesmo mês de fevereiro, têm que fazer o carnaval e, com menos de quinze dias entre os dois eventos, a preparação das Tasquinhas que por si só é demorada e absorvente. Frisou esta questão porque não lhe parece haver nenhuma razão objetiva que não permitisse que a Feira das Tasquinhas fosse em meados de março. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

----- Concordou com o mapa proposto porque se sabe que a Feira das Tasquinhas representam uma forte fonte de receita para as associações que lá estão presentes e que a alternativa seria que as mesmas se realizassem no final de março início de abril, o que representava uma proximidade grande à Páscoa e à sexta-feira santa, com uma série de atividades muito participadas. Considerou que esta hipótese seria mais lesiva para as coletividades porque muito embora algumas delas estejam ligadas a cortejos carnavalescos, no concelho de Rio Maior não há uma tradição vincada destes festejos. Referiu que percebe a necessidade de algumas dessas coletividades terem que fazer um esforço maior, mas a data proposta, do ponto de vista da disponibilidade das pessoas, será mais benéfica por não colidir com o calendário religioso que tem atividades próprias. Quanto à feira de setembro chamou apenas à atenção que pelo facto de ter início a meio da semana, dia 1 de setembro, o programa terá que ser apelativo mobilizando as pessoas para um arranque em força. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Disse compreender a situação de algumas coletividades devido aos festejos de carnaval nas freguesias, como é exemplo Asseiceira, mas que mesmo assim a Páscoa e a semana santa tem muita tradição no país e no concelho também, o que leva a que muitas das famílias não abdicuem do convívio familiar e das tradições que têm para virem às Tasquinhas. Considerou que esta é assim a melhor alternativa mesmo admitindo que haverá uma sobrecarga para as coletividades e associações que estejam envolvidos em ambos os eventos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO III - DESAFETAÇÃO DE ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA SITAS NA ZONA INDUSTRIAL DE RIO MAIOR – DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 28 DE MARÇO DE 2014 -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reiterar a deliberação tomada em 23 de maio de 2014, no sentido de que na mesma passe a constar que as parcelas A e B, sitas na zona industrial, a desafetar do domínio público municipal para o seu domínio privado, fazem parte do prédio inscrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior, da freguesia de Rio Maior, sob o nº. 5408, desafetação essa já aprovada em sessão de Assembleia Municipal em 28/06/2014. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido a informação que teve conhecimento de que a ampliação da PANPOR não iria criar postos de trabalho ao contrário do que foi

indicado co o um pressuposto aquando a deliberação inicial sobre este mesmo assunto. Sugeriu ainda que pudesse haver acompanhamento relativamente a esta questão e à concretização objetiva do número de postos de trabalho a criar por parte da empresa. Quanto à deliberação indicou o sentido de voto como favorável à clarificação do artigo para evitar qualquer tipo de interpretação que não esteja no âmbito do domínio privado ou do domínio público. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que se trata de uma informação errada, que o investimento feito pela empresa ronda os doze milhões de euros e que presentemente têm cerca de cento e cinquenta pessoas a trabalhar na construção das infraestruturas. Disse ainda que quando o equipamento estiver concluído a produção atual deve triplicar e conseqüentemente devem vir a ser criados postos de trabalho directos, embora agora não seja quantificável o número, e postos de trabalho indirectos e prevê-se ainda aumento um fluxo de mercadoria semanal com vista à exportação, nomeadamente para a Austrália, para não falar para a China e outros países mais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV - NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta apresentada e designar os seguintes elementos para constituição do da Comissão de Trânsito: -----

----- Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Vereadora da Câmara Municipal de Rio Maior; -----

----- Arlindo Carvalho Lopes, antigo comandante do Posto da GNR de Rio Maior; -----

----- Albino da Piedade Ferreira; -----

----- Representante da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior; -----

----- Comandante do Posto da GNR de Rio Maior, Primeiro-Sargento Paulo Jorge Lagarto Belchior; -----

----- Carlos Ascenso, representante da Escola de Condução Riomaioense; -----

----- Representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Rio Maior; -----

----- Presidente da Junta de Freguesia do local onde se pretende intervir; -----

----- Ricardo Nuno Bento Rosário, Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas, Espaço Público, Equipamentos e Apoio às Freguesias da Câmara Municipal de Rio Maior; -----

----- Mário João Cardoso Fróis de Figueiredo, Coordenador Técnico da Subunidade de Trânsito, Toponímia, Sinalética, Estacionamento e Cemitérios da Câmara Municipal de Rio Maior; -----

----- Victor Manuel Simões Martins, Assistente Operacional da Subunidade de Trânsito, Toponímia, Sinalética, Estacionamento e Cemitérios da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que como é normal cada executivo propor a constituição de cada uma das diferentes comissões que necessitam ser aprovadas pela Câmara Municipal e que em bom rigor a Comissão de Trânsito já devia estar constituída para se conseguir resolver algumas das situações pendentes e das quais se tem tomado conhecimento através dos riomaiorenses um pouco por todo o concelho. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou quais os critérios utilizados na escolha de alguns dos elementos da comissão, nomeadamente três pessoas da câmara, o antigo comandante da GNR e do Senhor Albino Ferreira e o porquê de ser uma comissão tão grande, o que pode vir a dificultar a tomada de decisões. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que o Trânsito foi um dos pelouros que lhe foi atribuído no mandato anterior e que nunca se deixou de realizar uma reunião por falta de comparência ou se deixou de tomar uma decisão. Quanto à presença de três trabalhadores da câmara disse que se tratam das pessoas que trabalham no terreno e que conhecem os problemas. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou que a composição está de acordo com o definido e que as escolhas foram assentes em critérios que, podendo ser subjectivos, caracterizam cada uma das instituições e indivíduos como conhecedores da realidade do concelho. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável afirmando que se trata de pessoas e entidades credíveis, mas que com a responsabilidade que esta tem não lhe seja vedado o acesso ou a consulta a especialistas porque, não retirando capacidade a ninguém, há questões técnicas que só pessoas ligadas a este tipo de formação é que podem indicar. Admitiu que não se pode ter o propósito de esta comissão ser composta de especialista mas que haja a possibilidade de pedir pareceres, e a ajuda

que a comissão entender, a entidades que efetivamente possam ajudar de forma que as soluções apareçam adequadas e tecnicamente defensáveis. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse ser evidente que quando a câmara lança qualquer projeto de infraestrutura rodoviária, os técnicos da câmara têm conhecimento da legislação e das condições técnicas de execução das mesmas razão pela qual as obras que se têm feito pelo concelho cumprem com o legalmente previsto e em vigor. -----

----- (A Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo ausentou-se da sala durante a votação do ponto por estar impedida de votar.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (A Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo voltou à sala.) -----

----- **PONTO V - VISITAS DE ESTUDO ANO LETIVO 2014/2015 – PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta apresentada e designar os seguintes elementos para constituição do júri do procedimento: -----

----- Presidente - Aldina Martins Bonifácio Santos; -----

----- Vogais – Armando Rodrigues Monteiro e Jorge Fróis Colaço; -----

----- Suplentes – Sandra Isabel Joanaz Vieira e Maria do Carmo Carvalho de Almeida Lestro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI - SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA - PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE DIVIDA** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é determinar a anulação da dívida dos alunos Alex Bircina e Elena Bircina, no valor de 56,94 € (cinquenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos), referente ao serviço de refeições e atividades de animação e apoio à família, ano letivo 2012/2013.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (A Presidente da Câmara chegou neste momento e assumiu a direção da reunião apresentando cumprimentos a todos os presentes e justificando o seu atraso por ter estado presente num compromisso oficial na Escola Superior de Desporto de Rio Maior.) -----

----- PONTO VII - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR ANO LETIVO 2014/2015 - REVISÃO AOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO CELEBRADOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a Revisão para o Ano Letivo 2014/2015 dos Acordos de Colaboração, celebrados em 2008/2009 com os Agrupamentos Fernando Casimiro Pereira da Silva e Marinhas do Sal. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO VIII - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA SITA EM CASAIS DA PRÓPRIA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO EM NOME DE RAQUEL BARBOSA – SOLICITADORA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a estrada que atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 26 da secção P, da Freguesia de São João (Extinta), é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63º da Lei n.º 2110/61 de 19 de Agosto. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO IX - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA SITA NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE SANDRA AZENHA – SOLICITADORA LICENCIADA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a estrada assinalada na planta anexa ao pedido, é a antiga linha férrea no lugar de Anteporta, e faz ligação entre dois arruamentos públicos, Rua de Santo André e Rua do Carrascal e que se enquadra no artigo 63º da Lei n.º 2110/61 de 19 de agosto, pelo que pode ser considerada do conhecimento e domínio público. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO X - CERTIFICAR ÁREA CEDIDA PARA DOMÍNIO PÚBLICO NA FREGUESIA DE ASSEICEIRA EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES RL -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio misto inscrito na matriz urbana sob o artigo 278 e na matriz rústica sob o artigo 12 da secção CP, da Freguesia de Asseiceira, cedeu a área de 482,00 m2 para o alargamento da Rua do Lavadouro, na Freguesia de Asseiceira, a qual foi integrada no domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Registou com agrado a vinda deste documento porque não há muito tempo as áreas eram cedidas mas os proprietários que o faziam, para além de perderem o que davam, continuavam a pagar a décima e atualmente o IMI e referiu que este é um caso de serviço público absoluto em que os proprietários continuavam a pagar IMI. Sugeriu que em situações próximas tudo seja efetuado em simultâneo para evitar que as pessoas continuem a pagar áreas como sendo delas e que são já integradas no domínio público municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO REDE DE BIBLIOTECAS DE CONCELHO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o aditamento ao Protocolo de Cooperação Rede de Bibliotecas de Concelho de Rio Maior (RBCRM). ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que este aditamento decorre da solicitação feita pela Escola Superior de Desporto para integrar a Rede de Bibliotecas solicitando também a colaboração dos técnicos da biblioteca municipal na catalogação da biblioteca da escola que não se encontra tratado. Disse ainda que esta catalogação terá início em janeiro e que em dezembro, durante as interrupções letivas, irá haver formação destinada aos operacionais que estão nas bibliotecas escolares e também na biblioteca da Escola Superior de Desporto para eles também poderem colaborar com os técnicos da biblioteca municipal. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este é um bom exemplo de como se pode potenciar a capacidade técnica instalada no município e, em parceria, trabalhar para consolidar os valores da comunidade através do seu saber e da sua experiência com a comunidade em geral e particularmente como instituições como a Escola Superior de Desporto. Chamou também à atenção que há hoje bibliotecas vivas que estão a extinguir-se pela ordem

do tempo e que se torna absolutamente necessário criar uma equipa da autarquia no sentido de recuperar, não só verbalmente a sua experiência de vida, mas o seu património material porque há riomaiorenses que têm hoje um número tao significativo e de tão grande qualidade de elementos históricos, desde livros, medalhas, cinema, etc., que era altura de refletir profundamente sobre a rentabilização destes quadros técnicos da autarquia na perpetuação, catalogação, identificação, inventariação e preservação do património instalado em Rio Maior nas pessoas e nas instituições. ----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII - REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO DO PERCURSO DA VIA SACRA OU PASSOS DE RIO MAIOR – 2ª FASE B – PROCESSO N.º 79/2011/UCCP – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação de 60% da caução prestada pela empresa "Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda", no âmbito do contrato de empreitada "Requalificação Urbana do Espaço Público do Percurso da Via Sacra ou Passos de Rio Maior – 2ª Fase B". -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ALDEIAS DO SAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de apoio financeiro à Associação Aldeias do Sal, num total de 1 000,00€ (mil euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que se trata de um apoio à associação envolvida na organização de um programa que irá para o ar dia 6 de dezembro após o telejornal onde irão aparecer as Salinas de Rio Maior, ex-libris do concelho, e onde será feita referência ao Presépios de Sal 2014. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Ressalvou mais uma vez o papel das associações e das coletividades e que este tipo de apoios devia ser conformado em protocolos anuais no sentido de dar dinâmicas às instituições e permitir a sua atuação. Disse ainda que, em sua opinião, a falta de participação pode também ser combatida através da responsabilização do cidadão e dando-lhe espaço de atuação e que, nesse sentido, as associações as

coletividades são um elemento de relação e pertença afetiva determinante na consciencialização da cidadania. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV - EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA FRAÇÃO DE PRÉDIO SITO EM RUA FERNANDO ANTÓNIO DUARTE NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE MANUEL JOSUÉ LUÍS E FILHOS, LDA.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é não exercer o direito de preferência sobre a fração N do prédio sito no Loteamento Pá Ribeira, Lote 19, agora designada Rua Fernando António Duarte, n.º8, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 6863 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4444. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que este tipo de situação é recente e que decorre da aplicação da nova Lei dos solos devendo todas as transações ser acompanhadas de tomada de posição da Câmara Municipal sobre o exercício do direito de preferência. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV - EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA PRÉDIOS RÚSTICOS SITOS EM SALINAS NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES RL.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é não exercer o direito de preferência sobre os prédios rústicos, sito em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscritos na matriz sob os artigos 78º, 98º e 178º da Secção DJ. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Pediu que ficasse esclarecido que não demonstrando a Câmara Municipal interesse nos prédios está assegurado, de futuro, a execução do plano de pormenor em elaboração, os seus traçados e a salvaguarda do património e à alteração física dos mesmos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que não haverá qualquer problema relacionado com os instrumentos de gestão e planeamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Quis deixar o apontamento que o seu atraso se deveu à sua presença na abertura do 3º Encontro de Intervenção Precoce na Infância de Lisboa e Vale do Tejo que está a decorrer no auditório da Escola Superior de Desporto e que tem uma participação elevadíssima porque se trata uma questão técnica que sobre a qual irão intervir individualidades com grande qualidade nos vários painéis que vão decorrer ao longo do dia. -----

----- Acerca da questão da participação falada no decorrer da reunião disse que é muito gratificante para quem participa e para quem organiza quando as atividades são efetivamente participadas e as pessoas se envolvem e que quando não acontece é bastante frustrante para quem nelas se empenha. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que se realizaram várias reuniões com vista à preparação do programa natalício na cidade de Rio Maior com as direções das escolas públicas, dos colégios, a Associação Empresarial, comerciantes que se quiseram associar e com o CLDS +, entidade que é parceira e promove muitas das atividades que vão ser desenvolvidas. Disse ainda que foram definidos aspectos acerca da iluminação e deu conhecimento do programa de atividades que irão ser desenvolvidas nesse período (anexo 3). -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Deu conhecimento que a festa de natal da Câmara Municipal será no dia 19 de dezembro, sexta-feira, e que na próxima reunião de Câmara será presente o pedido de subsídio para o efeito e para o apoio na aquisição das prendas para os filhos dos trabalhadores do município, como é habitual. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____